

1

2No dia 25 de abril de 2013, na sala T13 do Edifício Marie Prendi Cruz, sito à SEPN 505  
3Lote 02 Bloco B, em Brasília – DF, foi realizada a 51ª Reunião Ordinária da Comissão  
4Nacional de Biodiversidade – CONABIO. Estavam presentes os seguintes membros da  
5Comissão: Sr. **Roberto Brandão Cavalcanti** (Presidente), Secretário de Biodiversidade e  
6Florestas, o Sr. **Lídio Coradin** (suplente) e a Sra. **Daniela América Suarez de Oliveira**,  
7representantes do Ministério do Meio Ambiente; Sr. **Carlos Eduardo Martins Proença**  
8(suplente) representante do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA; Sr. **David Conway**  
9**Oren** (suplente) representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI;  
10Sra. **Elisa Monteiro Malafaia** (suplente) e **Raquel de Oliveira Alves** (suplente)  
11representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Sr. **Paulino Franco de**  
12**Carvalho Neto** (titular) representante do Ministério das Relações Exteriores – MRE; Sr.  
13**Nelson Ananias Filho** (titular) representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do  
14Brasil – CNA; Sr. **Alberto Marques Santos** (suplente) representante da Confederação  
15Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Sra. **Maria Izabel Soares Gomes**  
16(suplente) representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais  
17Renováveis – IBAMA; Sra. **Nanuza Luiza de Menezes** (titular) representante da  
18Academia Brasileira de Ciências –ABC; Sra. **Marcella Santos Mostaert** (titular)  
19representante do Fórum Brasileiro de ONGs (ambientalista); Sra. **Ivaneide Bandeira**  
20**Cardozo** (titular) representante do Fórum Brasileiro de ONGs (movimentos sociais).  
21Também estavam presentes nesta reunião o Sr. **Braulio Dias** Secretário Executivo da  
22Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB; o Sr. **Sergio Monforte** representante da  
23Confederação Nacional da Indústria – CNI; a Sra. **Patrícia Medeiros** representante do  
24Ministério da Defesa – MD e a Sra. **Juliana Carvalho Frota Mattos** membro da Secretaria  
25Executiva da CONABIO. A pauta da reunião compreendeu os seguintes itens: 1.  
26ABERTURA; 2. APROVAÇÃO DA PAUTA; 3. APROVAÇÃO DA ATA da 50ª Reunião  
27Ordinária; 4. ASSUNTOS PARA DISCUSSÃO. 4.1. Definição do cronograma para  
28finalização do estabelecimento das metas nacionais de Aichi para 2020; 4.2. Lista de  
29espécies ameaçadas de fauna e flora; 5. INFORMES. 5.1. Estratégia de conservação dos  
30biomas – definição de cenários de desenvolvimento sustentável para os biomas; 5.2. Lista  
31de espécies exóticas invasoras; 5.3. Instrução Normativa de gestão de espécies ameaçadas  
32de extinção; 6. ENCERRAMENTO. O Sr. **Lídio Coradin** saudou os membros e iniciou a  
33reunião às 10h30. A Srª. **Juliana Mattos** informa que o senhor Nelson pediu para incluir na  
34ata os seus argumentos a respeito da nova composição da Conabio. O Sr. **Nelson Ananias**  
35**Filho** esclareceu que a CNA não é contrária a inclusão do MDIC e do MME na CONABIO  
36porém que o aumento do número dos membros não seria benéfico para a Comissão. O Srª  
37Elisa Malafaia perguntou porque não houve publicação da nova composição da Conabio ,  
38segundo decisão tomada da última reunião. Lídio Coradin afirmou que a alteração da  
39composição da CONABIO deve ser feita mediante decreto e que a minuta está sendo  
40analisada pela Consultoria Jurídica do MMA. O Sr. **Braulio Ferreira de Souza Dias**  
41informou que o grande referencial atual internacional da biodiversidade é o plano  
42estratégico adotado pela Convenção na COP 10, em outubro de 2010, que definiu uma  
43estratégia até 2020, incluindo um conjunto de metas globais, Metas de Aichi para a  
44Biodiversidade. Esta agenda passou a ser adotada também por todas as outras Convenções  
45que trabalham com biodiversidade e por todas as agências da ONU que têm algum mandato  
46relacionado à biodiversidade. Os países assumiram o compromisso de revisarem as suas  
47estratégias nacionais de biodiversidade para colocá-las em sintonia com a nova estratégia

48global para a década. E isso significa fazer ajustes conforme o necessário para as condições  
49nacionais. O Brasil possui a Política Nacional da Biodiversidade, as Áreas Prioritárias da  
50Biodiversidade, as Metas Nacionais que serão acordadas no âmbito da Conabio em nível  
51nacional ou por bioma, o Monitoramento dos Biomas para Desmatamento e Queimadas. O  
52MCTI possui programas e pesquisa em biodiversidade, o Ministério da Agricultura e o  
53MDA possuem políticas relacionadas à agrobiodiversidade. Para atualizar a estratégia  
54nacional, é preciso considerar o conjunto de instrumentos que já existem. Na medida em  
55que um país como o Brasil define mais claramente as suas metas nacionais, isso significa  
56ampliar a cooperação e as parcerias entre os vários setores do governo e da sociedade para  
57que se alcance os objetivos nacionais, de interesse de todos. Solicitou que o exercício de  
58estabelecer as metas nacionais não deixe de manter uma coerência com as metas globais.  
59Aconselhou também que não seria prudente proliferar excessivamente o número de metas,  
60porque isso dificultaria a implementação e causaria uma maior dispersão de atenção.  
61Informou que foi solicitado que os países pudessem concluir esse processo de revisão das  
62suas estratégias nacionais e sua definição de metas antes da próxima Conferência das Partes  
63que será em outubro de 2014, na Coreia, para que sejam incorporadas no relatório que será  
64preparado para esta Conferência. Ressaltou que na temática de biodiversidade o Brasil é o  
65país com maior biodiversidade do mundo e, portanto, é centro de atenção. Destacou o  
66desempenho do Brasil na agenda ambiental como, a redução de desmatamento na  
67Amazônia, ampliação de áreas protegidas, criação de iniciativas de uso sustentável da  
68biodiversidade, desenvolvimento de legislação nacional sobre acesso a recursos genéticos e  
69repartição de benefícios. Informou também que o Protocolo de Nagoya já possui 16  
70ratificações e que para entrar em vigor necessita de 50. Todos os países europeus já  
71iniciaram os seus processos de consulta nacional para aprovar a legislação e o parlamento  
72europeu já está discutindo um marco legal regional para a Europa. Informou que, avalia-se,  
73que nem todos os detalhes de acesso a recurso genético e repartição de benefícios serão  
74resolvidos por meio do Protocolo, e que a revisão do marco legal brasileiro é fundamental.  
75Avaliou que agora é a oportunidade do Brasil concluir todas as suas discussões de revisão  
76do marco legal e de acesso a recursos genéticos. Lembrou que entre as decisões da COP 10  
77consta que os países concordaram em revisar as suas estratégias nacionais e que os países  
78também concordaram em criar mecanismos de monitoramento da implementação dessas  
79metas revisadas. É preciso promover a convergência dos sistemas de monitoramento e  
80relatoria relacionados à sustentabilidade e meio ambiente. Outra questão que foi acordada é  
81que os países devem desenvolver estratégias de implementação indicando como vai ser  
82feita a implementação, quais os instrumentos serão utilizados, que incentivos serão criados.  
83Um dos avanços em Nagoya foi que os países concordaram, pela primeira vez, em elaborar  
84e apresentar regularmente relatórios sobre mobilização e alocação de recursos financeiros  
85para a biodiversidade. Os países devem relatar não só o que o Governo Federal faz, mas  
86também as ações dos Governos Estaduais, Municipais, Sociedade Civil. Deve haver um  
87chamamento para essas outras instâncias de Governo, para que os Estados e Municípios  
88também possam aderir a esta estratégia e fazer as suas contribuições e também definir, se  
89for o caso, seus objetivos ou metas Estaduais ou Municipais ou setoriais que acharem  
90adequadas para contribuir para esse processo. Finalizou informando que o prazo final para a  
91entrega do 5º Relatório Nacional é março de 2014. O Sr. **Lídio Coradin** prosseguiu para o  
92item 4.1 – Definição do cronograma para finalização do estabelecimento das Metas  
93Nacionais de Aichi para 2020. Em relação a Meta nº 03 o que ficou acordado é que seria  
94substituída a palavra “eliminados” por “reduzidos”, ou seja, foi aceito a proposta de

95redação do Ministério do Planejamento. A Sr<sup>a</sup>. **Elisa Monteiro Malafaia** afirmou que o  
96Ministério das Relações Exteriores solicitou informações aos demais Ministérios no mesmo  
97período que o MMA solicitou o envio de informações detalhadas sobre as ações para  
98compôr o Plano. Dessa forma, não houve articulação entre esses Ministérios, que pediram  
99informações semelhantes no mesmo período. Como o MRE não participou das oficinas de  
100elaboração do Plano ao final do ano, não tinha conhecimento do cronograma de trabalho.  
101Informou também que o Ministério do Planejamento fez uma consulta ao Ministério de  
102Minas e Energia, Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, Ministério da  
103Fazenda, Ministério do Transporte, Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério da  
104Saúde, sobre a redação das metas. O resultado desse trabalho, sobre a redação das Metas  
105Nacionais, grande parte coincide com a redação nacional ou com a global, mas para  
106algumas têm redação alternativa. Ressaltou que após o resultado final da Conabio, será  
107necessário refazer essa consulta aos outros Ministérios. Colocou que as metas que ainda  
108estão em discussão são: a meta 07; meta 10 – que a posição do governo seria a mesma da  
109meta global; meta 11 – possui uma redação alternativa incorporando APP, reserva legal e  
110terra indígena; meta 17 – acrescentar mais dois anos, “até 2015” para finalizar a estratégia  
111nacional e dar tempo de fazer o monitoramento e avaliação periódica; meta 20 – o MP  
112prefere a redação da meta global, pois não tem como assegurar que todo recurso necessário  
113para garantir a execução das estratégias seja disponibilizado. O Sr. **Nelson Ananias Filho**  
114questionou quais seriam os instrumentos para a implementação das metas e colocou que  
115serão solicitados esclarecimentos sobre as metas nacionais dentro do legislativo. O Sr.  
116**Lídio Coradin** esclareceu que existem alguns instrumentos, o Plano de Ação  
117Governamental, a Política Nacional do Meio Ambiente e as Áreas Prioritárias para  
118Conservação da Biodiversidade. Constatou que não é a primeira vez que a CBD toma a  
119decisão de criar um Plano Estratégico para a Conservação da Biodiversidade. O Congresso  
120ratificou a Convenção sobre Diversidade Biológica que possui os instrumentos, as  
121estratégias para implementação da Convenção, e o principal deles é exatamente a  
122Conferência das Partes. A Sr<sup>a</sup>. **Elisa Monteiro Malafaia** perguntou se seria aberta a  
123discussão para mudar a redação das metas que já estavam definidas. Ressaltou que, apesar  
124de já terem sido discutidas as metas 17 e 20, o governo não concorda com a redação  
125estabelecida e caso não haja acordo na Conabio será procurada outra instância para garantir  
126a redação do governo. Esta posição foi contestada **pela Sr<sup>a</sup> Ivaneide Cardozo**. O Sr. **Lídio**  
127**Coradin** esclareceu que não será aberta discussão para mudar a redação das metas que já  
128estavam definidas, somente serão discutidas as metas 7, 10, 11, 17 e 20. Informou também  
129que será encaminhado para os membros, por e-mail, as propostas de redação das metas para  
130que sejam avaliadas e que os membros devem enviar as sugestões até o dia 31 de maio de  
1312013. Estas metas serão definidas em uma reunião de dois dias, 26 e 27 de junho de 2013.  
132O Sr. **Roberto Cavalcanti** informou que a Ministra Izabella Teixeira pediu que a secretaria  
133de todos os colegiados, Conabio, Conama, Conaflor e Conacer sejam administrados pela  
134Secretaria Executiva, embora a Presidência da CONABIO continue com a SBF. Informou  
135também que existem duas listas candidatas de espécies ameaçadas, a lista de fauna  
136elaborada pelo ICMBio e a lista de flora elaborada pelos cientistas do Jardim Botânico. A  
137CONABIO terá que avaliar essas listas e determinar quais ações serão dadas para cada  
138espécie. A Secretaria de Biodiversidade e Florestas vai dar o apoio necessário para  
139conseguir as opiniões externas necessárias para instruir as tomadas de decisões. Deve haver  
140uma conversa com o Ministério da Pesca, Ministério da Agricultura e outros que fazem uso  
141econômico das espécies ameaçadas. Informou que são duas condições para emitir a lista,

142primeiro que se tenha uma visão do impacto dessa lista sobre a sociedade; segundo que se  
143tenham metas e um prazo estabelecido para tirar as espécies da lista. Além disso, está sendo  
144exigido pelo Ministério Público quais ações devem ser tomadas em relação às espécies  
145invasoras. A CONABIO também irá avaliar a lista de espécies invasoras para limitar a  
146entrada no país e nos estados de espécies que são nocivas para a biodiversidade e para a  
147atividade econômica brasileira. Informou também que existe uma minuta de Instrução  
148Normativa de regras nacionais, critérios, que deverão ser adotados para classificação de  
149espécies ameaçadas no Brasil a qual também será avaliada no âmbito da CONABIO. A  
150Sra. **Daniela Oliveira** informou que existe a Instrução Normativa nº 06 que estabelece  
151quais são as espécies de flora ameaçadas de extinção. Houve uma reavaliação dessa lista  
152pelos pesquisadores do Jardim Botânico e seus colaboradores, que totalizou em cerca de  
1531.900 espécies que podem ser consideradas ameaçadas de extinção. O Instituto Chico  
154Mendes de Conservação da Biodiversidade estabeleceu como meta avaliar o estado de  
155conservação de 10.000 espécies e estabeleceram um prazo de 05 anos. Porém, como esse  
156prazo é longo, eles irão submeter à CONABIO o conjunto de espécies que já foram  
157avaliadas a cada ano para dar celeridade ao processo. Informou também que a Minuta de  
158Instrução Normativa sobre espécies ameaçadas estabelece quais são as obrigações do  
159Jardim Botânico, do ICMBIO e do Ministério do Meio Ambiente, quais são os instrumento  
160para gestão de espécie ameaçadas de extinção, estabelecendo que os critérios para definição  
161do status de conservação devem ser aqueles compatíveis com o que a IUCN estabelece.  
162Essa é uma tentativa de estabelecer formas de comparação com outros países que adotam a  
163mesma categorização. O Sr. **Lídio Coradin** agradeceu a presença de todos os membros e  
164finalizou a reunião informando que a próxima reunião da CONABIO será para tratar  
165somente da lista das Metas de Aichi. Por solicitação do presidente, eu Juliana Carvalho  
166Frota Mattos lavrei esta ata.

167

168

169

170

171

---

Secretário Executivo

---

Presidente da CONABIO